

ANTES DE TUDO VOCÊ É PRETO: PERCEPÇÃO SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Eliany Nazaré Oliveira

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
eliany@gmail.com

Paulo César de Almeida

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
pc2015almeida@gmail.com

Paulo Jorge de Almeida Pereira

Universidade Católica Portuguesa (UCP)
ppereira@ucp.pt

João Walyson de Paula Cordeiro

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
joaowalysondepaula@gmail.com

Gleisson Ferreira Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Gleisson_nega@hotmail.com

Pedro Lucas Alves

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
plucasalvs@gmail.com

Eva Wilma Martins Timbó

Instituto Centro de Ensino Tecnológico
evinhatimbo@gmail.com

Vitoria Kethly Farrapo da Silva

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
Vitoriakethly123@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo averiguar como as experiências de discriminação racial afetam a convivência social de estudantes de instituições de ensino superior. Estudo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa realizado no período de setembro a dezembro de 2023 com a participação de 751 estudantes universitários de 5 instituições de ensino superior do estado do Ceará. O instrumento contemplava dados sociodemográficos e Escala de Experiências de Discriminação Racial. A maioria dos participantes são do sexo feminino, 52,5%, com idade média de 22,8 anos. Com predominância na raça parda, 58,5% e renda familiar de 1 a 2 salários mínimos 36,9%. Constata-se uma alta frequência de discriminação racial entre estudantes universitários especialmente em relação à percepção de discriminação contra pessoas não brancas e à experiência pessoal de discriminação com base na raça ou cor. Estudantes pretos e com idade acima de 30 anos são os que mais vivenciam experiência de discriminação racial apresentando médias de 3,29 e 2,10 respectivamente. Em relação percepção de discriminação racial, as mulheres destacam-se com média 3,34. Portanto, a análise das experiências de discriminação racial entre estudantes universitários revela a existência deste fenômeno e sugere a sua existência no convívio social.

Palavras-chave: Discriminação racial. Estudantes. Experiências de vida.

FIRST OF ALL YOU ARE BLACK: PERCEPTIONS OF RACIAL DISCRIMINATION AMONG UNIVERSITY STUDENTS

ABSTRACT

This article aims to find out how experiences of racial discrimination affect the social coexistence of students at higher education institutions. This is an exploratory, descriptive, cross-sectional study with a quantitative approach carried out between September and December 2023 with the participation of 751 university students from 5 higher education institutions in the state of Ceará. The instrument included sociodemographic data and the Scale of Experiences of Racial Discrimination. The majority of participants were female, 52.5%, with an average age of 22.8 years. They were predominantly brown (58.5%) and had a family income of between 1 and 2 minimum wages (36.9%). There is a high frequency of racial discrimination among university students, especially in relation to the perception of discrimination against non-white people and personal experience of discrimination based on race or color. Black students and those aged over 30 are the ones who experience racial discrimination

the most, with averages of 3.29 and 2.10 respectively. In terms of perception of racial discrimination, women stand out with an average of 3.34. Therefore, the analysis of experiences of racial discrimination among university students reveals the existence of this phenomenon and suggests its existence in social life.

Key words: Racial discrimination. Students. Life experiences.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o racismo e a discriminação racial são duas realidades profundamente enraizadas nas estruturas sociais, culturais e institucionais do país. Embora racismo sejam dois termos que significam a mesma coisa para a maioria das pessoas, racismo é uma expressão de racismo sistêmico que resulta num comportamento prejudicial para com os indivíduos com base na sua identidade racial. A discriminação racial é o tratamento diferenciado de membros de um grupo racialmente identificado (ALMEIDA, 2019).

Historicamente, a população negra sempre foi alvo de discriminação, marginalização e violência, perpetuando desigualdades e injustiças sistêmicas. Essa realidade se estende desde a locais de convívio público aos ambientes educacionais, onde estudantes negros enfrentam diversas formas de discriminação, desde o acesso desigual à educação de qualidade até a perpetuação de estereótipos e preconceitos dentro das instituições de ensino (ANCILLOTTI; SILVA, 2023).

No início dos anos 1990, os Movimentos Negros, em parceria com os Movimentos Sociais, uniram forças para instigar o governo a resolver as problemáticas que os afetavam. Entre as iniciativas e demandas apresentadas, é válido destacar a luta pela adoção de políticas públicas afirmativas, com o intuito de garantir que estudantes negros oriundos de escolas públicas

pu dessem acessar o ensino superior. Essas mobilizações foram fundamentais para sensibilizar as autoridades e a sociedade em geral sobre a necessidade de enfrentar as desigualdades históricas e estruturais que limitavam o acesso e a participação plena dos negros na educação e em outros âmbitos da vida social. A luta por políticas afirmativas representou um marco significativo na busca por equidade racial e no reconhecimento dos direitos e potenciais dos estudantes negros, visando criar um ambiente mais inclusivo e justo no cenário educacional brasileiro (VALÉRIO et al., 2021).

Nessa perspectiva, a Lei de Cotas nº 12.711/2012, implementada no Brasil, representa um instrumento crucial na promoção da equidade e inclusão social. Essa legislação estabelece a reserva de vagas em instituições de ensino e em concursos públicos para grupos historicamente marginalizados, especialmente negros e indígenas (BRASIL, 2012a). Ao garantir o acesso desses grupos à educação e ao mercado de trabalho, a lei busca mitigar as desigualdades estruturais e promover a diversidade em diferentes esferas da sociedade. Apesar da eficácia da Lei das Cotas, o governo ainda precisa avançar significativamente para alcançar uma educação verdadeiramente igualitária e além disso, antirracista, garantindo uma legítima reparação histórica para o povo afrodescendente.

No Brasil ainda existe mito da democracia racial, o que sustenta a crença de que no Brasil não temos racismo, pois somos um

povo mestiço/miscigenado. Assim, as consequências e os efeitos deste mito, permite a negação do racismo e o silenciamento sobre as desigualdades raciais (MUNANGA, 2020).

O impacto da discriminação racial e do racismo na saúde mental dos estudantes universitários negros é vasto e complexo, manifestando-se em níveis mais elevados de estresse psicológico, ansiedade, depressão e trauma racial. Além disso, esses estudantes enfrentam diariamente o peso das expectativas sociais, a marginalização e a falta de representatividade, fatores que comprometem profundamente seu bem-estar emocional e seu desempenho acadêmico (FREDRICH et al., 2022). Ademais vale ressaltar a questão da evasão escolar que surge como uma consequência direta desse cenário, já que muitos estudantes negros abandonam os estudos devido às barreiras impostas pelo racismo estrutural nas instituições de ensino (MATOS; FRANÇA, 2023). A falta de apoio e recursos para lidar com essas questões dentro do ambiente escolar contribui para a perpetuação desse ciclo prejudicial, evidenciando a urgência de ações efetivas para promover a equidade e a inclusão.

Neste contexto, o artigo tem como objetivo averiguar como as experiências de discriminação racial afetam a convivência social de estudantes de instituições de ensino superior.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa. Estudos transversais são caracterizados por meio da exposição ao fator ou causa, está presente com o efeito em um grupo de

indivíduos, no mesmo intervalo de tempo analisado. Estes possibilitam produzir informações sobre a frequência ou prevalência de uma doença ou fatores de risco em determinado tempo, bem como realizar associações entre a variável desfecho e as covariáveis (POLIT; BECK, 2019).

A pesquisa foi conduzida entre agosto e dezembro de 2023. Inicialmente, a coleta de dados ocorreu de forma virtual, através do envio do link do formulário da pesquisa aos estudantes via Gmail. O formulário foi elaborado utilizando o Google Forms e incluiu seções sobre informações sociodemográficas, Escala de Experiências de Discriminação. O link utilizado para acesso ao formulário foi: <https://forms.gle/hRMSx4n5rS4wRyCfA>. A coleta de dados presencial com os alunos de cinco Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará no período de novembro a dezembro de 2023. As instituições incluídas foram a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Faculdade Luciano Feijão (FLF), Faculdade 5 de Julho (F5) e Faculdade IEducare (FIED).

A Escala de Experiências de Discriminação Racial é um recurso elaborado para avaliar e quantificar vivências discriminatórias associadas à etnia, raça ou cor da pele. Originalmente desenvolvida por Krieger em 1990, a escala foi empregada no estudo Coronary Artery Risk Development in Young Adults (CARDIA). Em 2005, passou por ajustes em suas questões e desde então tem sido utilizada em pesquisas. O instrumento está organizado em cinco categorias distintas: resposta a tratamento injusto, discriminação, preocupação, questões

globais e queixa apresentada (FATTORE et al., 2016).

As variáveis sociodemográficas como sexo, faixa etária, estado civil e cor/raça foram consideradas em relação às questões globais da escala de experiências de discriminação racial “a) Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas?” e “b) Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor?”, utilizando o teste ANOVA, ou Análise de Variância, uma técnica estatística fundamental empregada para comparar médias entre três ou mais grupos independentes (MAROCO, 2018).

A pesquisa contou com a participação de 751 alunos. A duração das entrevistas variou entre 15 a 20 minutos, incluindo a explanação dos objetivos do estudo e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os critérios de inclusão envolveram estudantes com idades iguais e superiores a 18 anos com matrícula ativa em uma das instituições de ensino superior do Ceará participantes da pesquisa. Por outro lado, foram excluídos os estudantes que não tinham acesso à internet para responder ao formulário e aqueles que não preencheram o questionário por completo.

É importante destacar que esta pesquisa está em conformidade com as diretrizes

estabelecidas na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Essa Resolução ressalta a necessidade de considerar as perspectivas tanto dos indivíduos quanto das comunidades envolvidas em pesquisas com seres humanos. Baseia-se nos princípios da bioética, como autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, com o objetivo de proteger os direitos e responsabilidades dos participantes da pesquisa. Além disso, é obrigatório fornecer informações claras a todos os participantes sobre como a pesquisa será conduzida (BRASIL, 2012b).

Este estudo trata-se de recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada, “A discriminação racial e saúde mental nas universidades”. recebeu a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) mediante o Parecer nº 6.279.258.

3. RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os fatores sociodemográficos analisados, nestes é possível identificar as variáveis relacionadas ao gênero, faixa etária, raça/cor, situação conjugal e religião dos estudantes.

Tabela 1 – Distribuição dos Dados Sociodemográficos de estudantes universitários, Ceará. 2023.

		N	%
1 Gênero	Feminino	394	52,5

	Masculino	350	46,6
	Não-binário	4	0,5
	Prefiro não me identificar	3	0,4
2 Idade	18 ou 19	165	22,0
M=22,8 DP=5,02	20 ou 21	188	25,1
Min=18 Max=64	22 ou 23	183	24,4
(2 valores omissos)	24 ou 25	94	12,6
	26 a 30	71	9,5
	Mais de 30	48	6,4
3 Raça	Parda	439	58,5
	Preta	93	12,4
	Branca	209	27,8
	Amarela	10	1,3
4 Situação civil	Solteiro	666	88,7
	Casado	48	6,4
	União estável	35	4,7
	Viúvo	2	0,3
6 Renda Familiar	menos de um salário mínimo	168	22,4
	meio a um salário mínimo	146	19,4
	de 1 a 2 salários mínimos	277	36,9
	de 2 a 5 salários mínimos	120	16,0
	mais de 5 salários mínimos	40	5,3
7 Qual a sua religião?	Católica	446	59,4
	Evangélica	88	11,7
	Espírita	10	1,3
	Umbanda	10	1,3
	Candomblé	1	0,1
	Ateu	37	4,9
	Não tenho religião	135	18,0
	Outras Religiões	24	3,2
	Total	751	100,0

Deste modo, o fator gênero é um dos indicadores analisados para reconhecer os participantes por sua identidade de gênero, sendo confirmado uma maioria de 394 (52,5%) do gênero feminino. O indicador faixa etária, demonstra a idade média de 22,8, levando em consideração que os participantes são compostos pela população de jovens adultos, a tabela também mostra a idade mínima de 18 anos e máxima de 64 anos, idades contempladas no critério de inclusão do estudo.

No que diz respeito a raça e cor, a população parda foi a prevalente com 439 (58,5%) dos estudantes se autodeclararam pardos, seguidos pela população branca, contando 209 (27,8%) estudantes. Em terceiro lugar, 93 (12,4%) dos estudantes se autodeclararam pretos, e por fim, 10

(1,3%) estudantes amarelos. Sobre a situação civil, a pesquisa apresenta que a maioria dos estudantes se declaram solteiros, com 666 (88,7%) dos estudantes. 48 (6,4%) dos estudantes constituem a população casada, 35 (4,7%) em união estável e 2 (0,3%) a viúva.

Em relação à renda familiar, a população com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos foi a prevalente com 277 (26,9%) dos estudantes, oposto a isso, a renda familiar menos frequente foi mais de 5 salários, com 40 (5,3%) os estudantes. Sobre o fator religião, as respostas predominantes foram a católica com 446 (59,4%) estudantes, não possuir religião com 135 (18%) e evangélico 88 (11,7%).

Tabela 2 – Relação entre Questões Globais da Escala de Experiências de Discriminação Racial com a Idade, Ceará. 2023.

QUESTÕES GLOBAIS	18 ou 19 (N=165)		20 ou 21 (N=188)		22 ou 23 (N=183)		24 ou 25 (N=94)		26 a 30 (N=71)		Mais de 30 (N=48)		F	p	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP			
a) Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas?	3,23	1,09	3,38	0,92	3,27	0,97	3,21	0,98	3,24	0,92	2,98	0,91	1,472	0,197	
b) Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor? ^{PH}	1,74	0,91	1,64	0,91	1,93	0,99	1,78	0,92	1,96	1,06	2,10	1,10	3,212	** 0,007	
^{PH} – testes PostHoc: 20-21 < 22-23, +30															
				* p<0,05				** p<0,01				*** p<0,001			

No que se refere a questão global “Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas?” As maiores médias foram dos estudantes de idades de 20 anos ou 21 anos com 3,38, e o desvio padrão de 0,92, e dos estudantes de 26 anos a 30 anos, com a média de 3,24 e desvio padrão de 0,92. De maneira oposta, a menor média se deu em estudantes acima de 30 anos, 2,98 e desvio padrão de 0,91.

Já na questão global “Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor?” As maiores médias foram dos participantes com idades acima de 30 anos e de 26 anos a 30 anos com médias de 2,10 com o desvio padrão de 1,10 e 1,96 com o desvio de 1,06, respectivamente.

Tabela 3 – Relação entre Questões Globais da Escala de Experiências de Discriminação Racial com o Gênero, Ceará. 2023.

QUESTÕES GLOBAIS	Feminino (N=394)		Masculino (N=350)		Não- binário (N=4)		Prefiro não identificar (N=3)		F	p	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP			
a) Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas? ^{PH}	3,34	0,98	3,16	0,98	4,00	0,00	4,00	0,00	3,600	* 0,013	
b) Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor?	1,74	0,95	1,88	0,99	2,00	1,15	2,67	0,58	2,020	0,110	
^{PH} – testes PostHoc: F, M <NB, ñ											
			* p<0,05			** p<0,01			*** p<0,001		

Dessa forma, para a questão global “Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas?” Os estudantes do sexo feminino apresentaram média 3,34 com o desvio padrão de 0,98, já o sexo masculino apresentou média de 3,16, com o

desvio padrão de 0,98. Os não-binários e os que preferiram não identificar, ambos, apresentaram média de 4,00 com o desvio padrão 0,00.

Ademais, na questão global “Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor?”

Os estudantes do sexo feminino com média de 1,74 com o desvio padrão de 0,95, já os do sexo masculino revelam média de 1,88 com desvio padrão de 0,99. E os não-binários e os que

preferiram não se identificar, apresentaram médias de 2,00 e 2,67 e desvio padrão de 1,15 e 0,58, respectivamente.

Tabela 4 – Relação entre Questões Globais da Escala de Experiências de Discriminação Racial com a Raça/Cor, Ceara. 2023.

QUESTÕES GLOBAIS	Parda (N=439)		Preta (N=93)		Branca (N=209)		Amarela (N=10)		F	p
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
a) Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas? ^{PH}	3,20	1,01	3,29	0,97	3,41	0,88	2,80	1,03	2,941	* 0,032
b) Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor? ^{PH}	1,84	0,94	2,80	0,83	1,31	0,70	1,90	0,88	63,472	*** 0,000

a) ^{PH} – testes PostHoc: Parda < Branca * p<0,05 ** p<0,01 b) ^{PH} – testes PostHoc: Branca < Parda < Preta *** p<0,001

A vista disso, na questão global “Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas?” A cor/raça com maior média foi a branca, com média de 3,29 e desvio padrão de 0,88. Em segundo lugar a cor/raça preta, com média de 3,29 e desvio padrão de 0,97. Em seguida, a cor/raça parda apresentando média de 3,20 e desvio padrão de 1,01, e por fim a cor/raça amarela com resultados de média igual a 2,80 e desvio padrão de 1,03.

Além disso, para a questão global “Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor?” A cor/raça de média prevalente foi a preta, apresentando média igual a 2,80 e desvio padrão igual a 0,83. Logo depois, a cor/raça parda com média de 1,84 e 0,94 de desvio padrão. Na sequência a cor/raça amarela com média 1,90 e desvio padrão 0,88 e por último a branca com média 1,31 e 0,70 de desvio padrão.

Tabela 5 – Relação entre Questões Globais da Escala de Experiências de Discriminação Racial com o Estado Civil, Ceara. 2023.

QUESTÕES GLOBAIS	Solteiro (N=666)		Casado (N=48)		União estável (N=35)		F	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
a) Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas?	3,28	0,98	2,94	0,95	3,29	0,99	2,805	0,061
b) Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor?	1,79	0,95	2,04	1,09	1,86	1,00	1,614	0,200

* p<0,05 ** p<0,01 *** p<0,001

Dessa maneira, a média mais alta na Questão Global “Com que frequência você sente

que pessoas que não são brancas são discriminadas?” Foram os participantes em união

estável com 3,29 e o desvio padrão 0,99. Os solteiros com média 3,28 e desvio padrão de 0,98. Enquanto que a menor média está entre os casados 2,94 e desvio padrão de 0,95.

No que tange à questão “Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor?” Os estudantes casados apresentaram a maior média 2,04 e desvio padrão 1,09. Enquanto os estudantes solteiros e em união estável apresentaram médias de 1,79, com o desvio padrão de 0,95 e 1,86 com o desvio padrão de 1,00, respectivamente.

4. DISCUSSÃO

Com relação ao sexo predominante na pesquisa, destaca-se a maior adesão de participantes femininos apresentando 52,5% do total dos estudantes como mostra a tabela 1. Em conformidade, um estudo com jovens no Recife apresentou porcentagem parecida (SILVA; SILVA; SILVA, 2023). A faixa etária da amostra que mais se destaca também se assemelha com a de outro trabalho efetuado com o mesmo público-alvo, estudantes, que obteve maioria dos participantes com 20 anos a 25 anos (OLIVEIRA et al, 2022). De acordo com Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade, no estado do Ceará existe um predomínio de 71,5% de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, em comparação a 27,9% de pessoas autodeclaradas brancas, isso comprova o fato da cor/raça prevalente dos participantes da pesquisa ser a parda em paridade com a população branca (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2023).

Em relação ao estado civil mais recorrente dos participantes da pesquisa ser solteira, coincide com a de uma pesquisa realizada com o público-alvo parecido (OLIVEIRA et al, 2023). Que é explicado pelo fato de os jovens retardarem relações conjugais porque o ingresso acontece logo após o término do ensino médio. Já a renda familiar apresenta-se similar a de uma pesquisa com estudantes universitários, que expôs a renda da maioria dos participantes entre 1 salário e 2 salários (PEREIRA et al, 2020).

A questão geral sobre a escala de experiências de discriminação indica com que frequência os participantes se sentem discriminados por pessoas não brancas e com que frequência os próprios participantes se sentem discriminados por causa da cor da sua pele ou raça. Atualmente, a questão do racismo e da discriminação racial continua pouco investigada e, como resultado, a investigação e a investigação nesta área ainda são muito limitadas e requerem maior visibilidade e discussão. Além disso, um estudo realizado com estudantes utilizando a Escala de Experiências de Racismo descobriu que estudantes não-brancos vivenciam consistentemente o racismo em uma variedade de espaços sociais e que os ambientes escolares e universitários são propícios à vivência do racismo, o estudo também alerta para consequências para a saúde que podem impactar negativamente a saúde física e mental dos estudantes (OLIVEIRA et al, 2022).

De acordo com um estudo de revisão realizado em 2021, a discriminação racial no Brasil ainda é um fato recorrente na sociedade, afetando negativamente a vida de milhões de pessoas pretas. Jovens negros sofrem

constantemente em todos os lugares, enfrentando experiências de discriminação constante que permeiam desde o acesso à educação até o mercado de trabalho. O artigo apontou também a ausência de artigos na área, ressaltando a necessidade urgente de mais pesquisas e abordagens que ampliem a compreensão sobre as vulnerabilidades a partir da discriminação racial (OLIVEIRA et al, 2021). Estas experiências, além de prejudicarem o desenvolvimento pessoal e profissional, contribuem para a perpetuação de desigualdades e injustiças sociais, ressaltando a importância de políticas e ações que promovam a equidade e o combate ao racismo e a discriminação racial em todas as esferas da sociedade (IENSUE, 2021).

A tabela 2 apresenta a relação entre as questões globais com a faixa etária, o fato de estudantes com idades entre 20 anos e 21 anos terem a maior percepção na frequência que pessoas que não são brancas são discriminadas, e a partir dessa visão crítica dos jovens, é possível o surgimento de movimentos estudantis em combate ao racismo e discriminação racial na universidade. Além disso, a implementação de projetos de educação anti-racismo é um compromisso essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. O projeto visa incentivar o respeito pelas diferenças, celebrar a diversidade cultural e destacar a herança africana e a sua contribuição para a história e cultura mundiais. Neste processo, é importante que os heróis negros que há muito foram silenciados e marginalizados sejam reconhecidos e respeitados à medida que afirmam o seu lugar e voz na sociedade (UCHÔA; CHAVES; PEREIRA, 2021).

A educação antirracista não se limita ao ambiente escolar, mas abrange todos os aspectos da vida social e incentiva a reflexão crítica sobre as estruturas de poder e as práticas discriminatórias que estão enraizadas na nossa sociedade. Ao promover a compreensão e o diálogo intercultural, podemos ser menos afetados pelo racismo institucional e dar os primeiros passos em direção a uma sociedade mais tolerante e igualitária.

A tabela 3 e a tabela 4 revelam a relação entre as questões globais com o gênero dos participantes e a cor/raça, respectivamente, tendo como população predominante, o gênero feminino e a cor parda. Participantes de cor/raça preta representaram cerca de 12,4% da população do estudo e apresentaram as maiores médias de experiências de discriminação racial. Na última década, tem sido observado um aumento significativo na presença e visibilidade de mulheres negras em espaços que anteriormente eram considerados inatingíveis. Apesar disso, as universidades continuam a ser percebidas como instituições elitistas e segregadoras. No entanto, também têm se destacado como locais de desafio às normas estabelecidas, impulsionando a ascensão da comunidade negra.

A educação tornou-se uma estratégia primária para redefinir situações discriminatórias através de políticas de ação afirmativa destinadas a promover a justiça social para grupos historicamente marginalizados. Esses aspectos estão refletidos nos relatos e experiências dos alunos que participaram deste estudo, realizado em uma universidade pública da província de Alagoas, e observou-se que todos os alunos se depararam com as seguintes situações ao estudarem questões relacionadas ao racismo.

Preconceito ou discriminação. Em ambientes universitários, sexismo e classismo são frequentemente combinados (VALÉRIO et al., 2021). Essas dinâmicas ressaltam a importância contínua de lidar com e enfrentar as múltiplas formas de opressão que se entrelaçam nas instituições educacionais.

A discriminação racial constitui barreiras significativas que dificultam a permanência de estudantes negros nas universidades. Esses desafios não apenas afetam o acesso inicial, mas também comprometem a experiência acadêmica e o sucesso dos alunos ao longo da vida universitária. A marginalização e o preconceito enfrentados pelos estudantes negros podem resultar em isolamento social, baixa autoestima e até mesmo desistência dos estudos. A construção de políticas de permanência eficazes não só contribui para a diversidade e a equidade nas instituições de ensino superior, mas também fortalece o compromisso com a justiça social e a igualdade de oportunidades educacionais (RIBEIRO; MENDES, 2023).

A tabela 5 expõe relação entre questões globais da escala de experiências de discriminação racial com o estado civil. Os casados apresentaram a maior média, ao afirmarem que percebem que têm sido discriminados por causa da sua raça ou cor. As consequências da discriminação racial na saúde dos estudantes pretos não se limitam apenas ao presente, mas podem reverberar ao longo da vida, influenciando negativamente seu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal. A exposição contínua a experiências de discriminação racial pode desencadear uma série de impactos negativos na saúde mental desses

estudantes (DAMASCENO; ZANELLO, 2018; FERREIRA; NUNES, 2023).

Os efeitos do racismo e da discriminação racial prejudicam significativamente a saúde mental e reduzem significativamente a qualidade de vida dos negros. O racismo sistêmico e as experiências cotidianas de racismo levam ao estresse psicológico crônico, à ansiedade, à depressão e a outros problemas de saúde mental. Essas experiências impactam negativamente o bem-estar emocional e psicossocial, afetam as relações interpessoais, o desempenho acadêmico e ocupacional e aumentam o risco de doenças físicas. A exposição contínua ao racismo mina a auto-estima e a confiança e faz com que as pessoas se sintam desamparadas e injustas. Portanto, é importante reconhecer e abordar o racismo como um determinante da saúde social (SANTIAGO; GAUDENZI, 2023).

Alguns estudos utilizaram isso como objeto de reconhecimento do racismo, sugerindo que o racismo existe. Os autores destacam seus efeitos nocivos e problemas de saúde, desde baixa autoestima até violência física e situações homicidas (ANUNCIÇÃO; TRAD; FERREIRA, 2020; BENJAMINS; MIDDLETON, 2019; LODUVICO et al., 2021).

Considerando este cenário, as instituições de ensino e a sociedade devem tomar medidas eficazes para combater o racismo, criando um ambiente inclusivo e amigável para todos os alunos. Além de fornecer apoio psicossocial e recursos profissionais para enfrentar os efeitos do racismo, investir em políticas de diversidade, equidade e inclusão é um passo importante na proteção da saúde e do bem-estar dos estudantes negros e da comunidade acadêmica como um todo.

5. CONCLUSÃO

Considerando o apresentado, é viável examinar que as experiências de discriminação racial impactam significativamente a convivência social dos estudantes que frequentam instituições de ensino superior. O estudo aponta a incidência que os participantes percebem que pessoas não brancas são discriminadas e a frequência que os próprios participantes sentem que são discriminados pela cor da sua pele ou raça. Estudantes com 20 anos e 21 anos apontaram a maior percepção da discriminação racial com média de 3,38 e desvio padrão de 0,92. Ademais, como esperado, estudantes pretos e pardos apresentaram maior experiência de discriminação por sua raça ou cor, apresentando médias de 2,80 com desvio padrão de 0,83 e 1,84 e desvio padrão de 0,94, respectivamente.

As limitações desta pesquisa foram, primeiramente, relacionadas à dificuldade em obter a participação dos acadêmicos na resposta ao questionário. Além disso, a escala empregada restringe a compreensão das experiências, uma vez que os participantes não foram capazes de relatar casos discriminatórios de forma abrangente.

Diante da análise das experiências de discriminação racial e sua influência na convivência social dos estudantes das instituições de ensino superior, torna-se evidente a frequência com que a discriminação racial permeia o cotidiano e é testemunhada por grande parte da sociedade, muitas vezes sendo tratada com desdém e banalidade. O estudo também confirma a frequência com que os estudantes universitários se sentem alvo de discriminação racial,

sinalizando a necessidade de medidas tanto por parte das instituições quanto do poder público para abordar essa questão de forma adequada.

Nesse contexto, destaca-se a importância crucial de implementar projetos que visem reduzir a incidência de discriminação racial dentro das instituições de ensino superior e sociedade, estendendo-se a toda a rede educacional do país. Esses projetos devem incluir estratégias de sensibilização, educação antirracista e promoção da diversidade, a fim de criar ambientes mais inclusivos e respeitosos para todos os estudantes, independentemente de sua origem étnico-racial.

Por fim, é fundamental incentivar pesquisas mais aprofundadas nessa temática, que ainda é pouco explorada, para embasar a formulação de políticas e medidas futuras voltadas para a construção de uma sociedade mais igualitária e avançada. Investir em estudos sobre discriminação racial no ambiente acadêmico pode fortalecer iniciativas valiosas para promover a justiça social e a equidade no ensino superior e em toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen; 2019.
- ANCILLOTTI, C. G.; SILVA, P. O. M. Racismo e construção da carreira: estratégias de enfrentamento adotadas por universitários negros. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, p. 1-17, 2023.
- ANUNCIAÇÃO, D.; TRAD, L. A. B.; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. e190271, 2020.

- BENJAMINS, M. R.; MIDDLETON, M. Perceived discrimination in medical settings and perceived quality of care: A population-based study in Chicago. **PloS One**, São Francisco, v. 14, n. 4, p. e0215976.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 30 ago. 2012.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59
- DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018.
- FATTORE, G. L. *et al.* Validade de constructo da escala *Experiences of Discrimination* em uma população brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 1-14, 2016.
- FERREIRA, C. A. A.; NUNES, S. C. Fatores de adoecimento emocional de racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 16, p.1409-1433, 2023.
- FREDRICH, V. C. R. *et al.* Percepção de racismo vivenciado por estudantes negros em cursos de Medicina no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 26, p. e210677, 2022.
- IENSUE, G. Diversidade, equidade e ações afirmativas para os negros na educação superior brasileira. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 1-31, 2021.
- LODUVICO, G. O. *et al.* Racismo institucional: percepção sobre a discriminação racial nos serviços de saúde. **Arquivos médicos dos hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, São Paulo, v. 66, p. e008.
- MAROCO, J. **Análise estatística: com utilização do SPSS**. 7. ed. [S. l.]: ReportNumber, Lda, 2018.
- MATOS, P. M.; FRANÇA, D. X. Racismo e escolarização: Formas e consequências na trajetória escolar de alunos negros. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 38, n. 120, p.1-18, 2023.
- MUNANGA, K. **As ambiguidades do racismo à brasileira. O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- NO CEARÁ, IBGE divulga resultados do Censo para cor ou raça com apoio do Banco Palmas classificações e identidades. Brasília: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38749-no-ceara-ibge-divulga-resultados-do-censo-para-cor-ou-raca-com-apoio-do-banco-palmas#:~:text=Dados%20do%20Cear%C3%A1%20para%20Cor%20ou%20Ra%C3%A7a&text=Quanto%20%C3%A0%20cor%20ou%20ra%C3%A7a,4%25%20para%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgen>. Acesso em: 27 fev. 2024
- OLIVEIRA, E. N. *et al.* "A cor da minha pele me define": experiências de discriminação racial sofridas por negros. **Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], n. 30, p. 505-523, 2022.
- OLIVEIRA, E. N. *et al.* Discriminação racial de jovens negros no Brasil: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 14, p. e214101422013, 2021.
- OLIVEIRA, E. N. *et al.* Transtorno de estresse pós-traumático e fatores protetores da saúde mental durante o contexto pandêmico. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 27, n. 7, p. 3448-3463, 2023.
- PEREIRA, R. M. S. *et al.* Vivência de estudantes universitários em tempos de pandemia do Covid-19. **Revista Práxis**, Volta Redonda, v. 12, n. 1, p. 1-10, 2020.
- POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

RIBEIRO, W. S.; MENDES, M. T. Racismo estrutural e permanência de estudantes negras/os na universidade. **Educação em debate**, Fortaleza, v. 45, n. 90, 2023.

SANTIAGO, G. H. P.; GAUDENZI, P. Uma análise dos estudos brasileiros, do campo da Saúde Coletiva, sobre racismo e sofrimento psíquico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 33, p. e33071, 2023.

SILVA, M. M.; SILVA, J. W. S.; SILVA, R. A. Cenas de racismo na escola: discursos dos/as jovens do Sertão do Pajeú. **Revista ELO** –

Diálogos Em Extensão, Viçosa, v. 12, p. 1-14, 2023.

UCHOA, M. M. R.; CHAVES, C. A. P.; PEREIRA, C. E. Currículo e culturas: a Educação Antirracista como direito humano. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 61-72, 2021.

VALÉRIO, A. C. O. *et al.* Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 29, p. 1-19, 2021.